

Banco John Deere S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco John Deere S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco John Deere S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco John Deere S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Por que é um PAA?

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do BACEN, especificamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99, e impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, e da Resolução CMN nº 4.855, de setembro de 2020, que dispõem sobre certos efeitos da COVID-19, sendo estimada com base nas análises das operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor, de acordo com as políticas internas do Banco, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.4 às demonstrações financeiras. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é conduzida com a utilização de metodologia interna na determinação do “rating” do tomador do crédito e envolve julgamento sobre os fatores de risco dos clientes e das operações, tais como o histórico de inadimplência, situação econômico-financeira, grau de endividamento, atraso, setor de atividade econômica, garantias, região de atuação, entre outros.

Devido à relevância das operações de crédito e pelo fato de envolver alto nível de julgamento da Administração na estimativa da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e da metodologia interna utilizada na determinação do “rating”; (ii) entendimento dos controles que permeiam o processo de determinação do “rating”; (iii) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do “rating” de crédito em base amostral; (iv) análise do nível de provisionamento total das carteiras, incluindo os impactos da COVID-19; e (v) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria, consideramos que os critérios adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Augusto Velasco Rampaso
Contador
CRC nº 1 SP 289672/O-1

BANCO JOHN DEERE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	<u>4</u>	1.057	16.188
Aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações no mercado aberto	<u>4</u>	890.365	1.262.602
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>4</u>	-	17.924
Relações interfinanceiras		<u>2.504</u>	<u>6.315</u>
Depósitos no Banco Central		2.504	6.315
Carteira de Crédito	<u>5</u>	<u>8.968.887</u>	<u>8.586.790</u>
Operações de crédito - setor privado		8.957.076	8.581.613
Outros créditos com característica de operação de crédito		11.811	5.177
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (Operações de Créditos)	<u>6</u>	<u>(330.747)</u>	<u>(354.835)</u>
(Outros Créditos)		(304)	(83)
Outros créditos		<u>184.015</u>	<u>198.032</u>
Ativos fiscais diferidos	<u>13b</u>	172.726	189.524
Diversos	<u>7</u>	11.289	8.508
Outros valores e bens		<u>3.391</u>	<u>16.130</u>
Outros valores e bens		2.398	15.510
Despesas antecipadas		993	620
Imobilizado de uso		<u>4.326</u>	<u>2.412</u>
Outras imobilizações de uso (Depreciações Acumuladas)		6.778 (2.452)	4.983 (2.571)
Intangível		10.310	6.460
Ativos Intangíveis (Amortização Acumulada)		23.853 (13.543)	19.227 (12.767)
TOTAL DO ATIVO		<u>9.734.108</u>	<u>9.758.018</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO JOHN DEERE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Depósitos	<u>9</u>	582.731	659.637
Depósitos à vista		237.185	168.062
Depósitos interfinanceiros		31.889	30.365
Depósitos a prazo		313.657	461.210
Relações interfinanceiras		14	805
Correspondentes		14	805
Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais FINAME / BNDES	<u>8</u>	<u>5.576.727</u>	<u>6.008.163</u>
Obrigações por repasses Exterior	<u>8</u>	918.246	1.103.814
Obrigações por repasses do exterior em Moeda Estrangeira		918.246	872.495
Obrigações por empréstimos no exterior em Moeda Local		-	231.319
Letras Financeiras	<u>10</u>	715.935	301.577
Letras Financeiras		715.935	301.577
Outras obrigações		185.495	137.143
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	<u>12a</u>	1.618	751
Sociais e estatutárias	<u>12a</u>	8.567	6.964
Passivos fiscais correntes	<u>11</u>	112.373	101.528
Diversas	<u>12a</u>	61.705	23.317
Provisão para riscos contingentes	<u>12a</u>	1.232	4.583
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		4.116	7.458
Resultados de exercícios futuros		4.116	7.458
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social - de domiciliados no País	14a	836.500	692.000
Capital social - a integralizar	14a	50.000	85.000
Reserva de capital		323	323
Reservas de lucros	14b	863.415	763.692
Outros resultados abrangentes		606	(1.594)
Total do patrimônio líquido		<u>1.750.844</u>	<u>1.539.421</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>9.734.108</u>	<u>9.758.018</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO JOHN DEERE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2021		2020
		Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de crédito		509.026	846.580	928.325
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		20.975	34.815	18.822
Total		530.001	881.395	947.147
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de captação no mercado	<u>9</u>	(35.628)	(48.918)	(15.462)
Operações de empréstimos e repasses	<u>8</u>	(266.198)	(438.887)	(577.112)
(Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito)	<u>6.a</u>	(46.530)	(9.285)	(46.510)
Total		(348.356)	(497.090)	(639.084)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		181.645	384.305	308.063
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Receitas de prestação de serviços	<u>17</u>	4.225	29.443	40.887
Rendas de tarifas bancárias		482	826	844
Despesas de pessoal	<u>18</u>	(17.553)	(42.343)	(46.355)
Outras despesas administrativas	<u>19</u>	(17.722)	(31.569)	(31.073)
Despesas tributárias		(10.663)	(22.240)	(23.954)
Provisões para riscos contingentes	<u>12.b</u>	(281)	(284)	(1.755)
Outras receitas operacionais	<u>20</u>	3.111	47.282	54.582
Outras despesas operacionais		(441)	(760)	(3.780)
Total		(38.842)	(19.645)	(10.604)
RESULTADO OPERACIONAL		142.806	364.660	297.459
Outras receitas não operacionais		914	1.835	2.118
Prejuízo na alienação de valores e bens		(4.414)	(4.190)	(533)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(3.500)	(2.355)	1.585
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		139.306	362.305	299.044
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Provisão para imposto de renda	<u>13</u>	(39.672)	(134.168)	(126.863)
Provisão para contribuição social		(18.393)	(61.469)	(67.385)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(23.393)	(57.702)	(54.289)
		2.114	(14.997)	(5.189)
PARTICIPAÇÕES ESTATURÁRIAS NOS LUCROS		(3.588)	(7.918)	(4.184)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		96.046	220.219	167.997
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$		0,12	0,28	0,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO JOHN DEERE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2021		2020
	<u>explicativa</u>	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Lucro Líquido do semestre/exercício		<u>96.046</u>	<u>220.219</u>	<u>167.997</u>
Avaliação atuarial	21.b	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>	<u>902</u>
Efeito fiscal	21.b	<u>(1.800)</u>	<u>(1.800)</u>	<u>(406)</u>
Total de resultados abrangentes do período		<u>98.246</u>	<u>222.419</u>	<u>168.493</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO JOHN DEERE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social realizado	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020	567.000	-	323	63.246	741.754	-	(2.089)	1.370.234
Aumento de capital	14.a 125.000	85.000	-	-	(210.000)	-	-	-
Aumento de capital a integralizar	14.a -	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.b -	-	-	-	2.291	-	-	2.291
Lucro líquido do exercício	14.b -	-	-	-	-	167.997	-	167.997
Destinações:								
Dividendos	14.c -	-	-	-	-	(1.596)	-	(1.596)
Reserva legal	14.b -	-	-	8.400	-	(8.400)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	158.001	(158.001)	-	-
Outros eventos:								
Ajustes de avaliação atuarial	21.b -	-	-	-	-	-	495	495
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020	692.000	85.000	323	71.646	692.046	-	(1.594)	1.539.421
Mutações do exercício	125.000	85.000	-	8.400	(49.708)	-	495	169.187
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021	692.000	85.000	323	71.646	692.046	-	(1.594)	1.539.421
Aumento de capital	14.a 144.500	(85.000)	-	-	(70.000)	-	-	(10.500)
Aumento de capital a integralizar	14.a -	50.000	-	-	(50.000)	-	-	-
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.b -	-	-	-	1.596	-	-	1.596
Lucro líquido do exercício	14.b -	-	-	-	-	220.219	-	220.219
Destinações:								
Dividendos	14.c -	-	-	-	-	(2.092)	-	(2.092)
Reserva legal	14.b -	-	-	11.011	-	(11.011)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	207.116	(207.116)	-	-
Outros eventos:								
Ajustes de avaliação atuarial	21.b -	-	-	-	-	-	2.200	2.200
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021	836.500	50.000	323	82.656	780.759	-	606	1.750.844
	144.500	(35.000)	-	11.011	88.712	-	2.200	211.423
SALDOS EM 01 DE JULHO DE 2021	777.000	R\$ -	323	71.646	693.642	124.173	(1.594)	1.665.190
Aumento de capital	14.a 59.500	-	-	-	(70.000)	-	-	(10.500)
Aumento de capital a integralizar	14.a -	50.000	-	-	(50.000)	-	-	-
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.b -	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	14.b -	-	-	-	-	96.046	-	96.046
Destinações:								
Dividendos	14.c -	-	-	-	-	(2.092)	-	(2.092)
Reserva legal	14.b -	-	-	11.011	-	(11.011)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	207.116	(207.116)	-	-
Outros eventos:								
Ajustes de avaliação atuarial	21.b -	-	-	-	-	-	2.200	2.200
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021	836.500	50.000	323	82.656	780.758	-	606	1.750.844
Mutações do semestre	59.500	50.000	-	11.011	87.116	(124.173)	2.200	85.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO JOHN DEERE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Semestre	Exercício	2020 Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido ajustado		133.756	229.472	69.844
Lucro líquido do semestre		96.046	220.219	167.997
Ajustes ao lucro líquido		37.709	9.253	(98.154)
Provisão benefício empregados		2.396	2.967	1.108
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas		680	284	1.754
Efeito de variação cambial com partes relacionadas		(8.221)	(18.936)	(185.966)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.114)	14.997	5.189
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		46.530	9.285	77.030
Depreciações e amortizações		(1.561)	656	2.731
Variação de Ativos e Obrigações				
Redução (aumento) em relações interfinanceiras		14.186	3.023	8.170
Redução (aumento) em operações de crédito	5 e 6	(1.548.204)	(883.973)	(668.332)
Juros recebidos em operações de crédito	5 e 6	129.492	477.873	505.844
Redução (aumento) em outros créditos		16.004	984	9.126
Redução (aumento) em outros valores e bens		15.844	12.738	1.730
Aumento (redução) em depósitos	9	(60.983)	(76.906)	344.657
Aumento (redução) em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)	8	739.053	(182.642)	292.692
Juros pagos em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)	8	31.408	(248.793)	(280.201)
Aumento em emissão de títulos (letras financeiras)	10	413.421	414.358	(2.131)
Aumento (redução) em outras obrigações		97.004	150.716	7.784
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros		(1.166)	(3.342)	(410)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.738)	(125.746)	(113.056)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(38.924)	(232.240)	175.716
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado de uso e intangível		(7.888)	(6.420)	2.209
Caixa líquido proveniente da (utilizado nas) atividades de investimentos		(7.888)	(6.420)	2.209
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		99.123	(82.748)	700.559
Juros pagos em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		11.940	(83.884)	(49.597)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		111.063	(166.632)	650.962
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	827.170	1.296.714	467.827
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	891.422	891.422	1.296.714
Variação do caixa e equivalente no período		64.252	(405.292)	828.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - BANCO JOHN DEERE S.A.

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Resumo das Operações: o Banco John Deere S.A. tem seus esforços voltados ao financiamento de máquinas, equipamentos e peças da marca John Deere. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de novas operações de crédito no montante de R\$ 10.2 bilhões no exercício de 2021. O lucro líquido do exercício de 2021 foi de R\$ 220.219.

Aspectos Econômicos e de negócio: As condições econômicas no mercado global e industrial no qual a empresa opera pode afetar diretamente nosso negócio, bem como a confiança de nossos clientes em função de exposição cambial e volatilidade da moeda, altas taxas de juros, inflação, clima, política e estabilidade social. O mercado agrícola no Brasil tem estimativa de produção de soja em 134 milhões de toneladas métricas (MMT), queda de 2% a/a, boa parte da queda se deve ao clima quente e seco no Sul, mais do que compensando as condições favoráveis no centro-oeste. O plantio da primeira safra de milho foi concluído e o tempo seco levou a um corte de 9% na previsão de produção, agora de 24,5 MMT. No Norte, as condições de cultivo são favoráveis e algumas áreas ainda esperam produtividade recorde. No Sul, a falta de chuva associada ao fenômeno La Niña reduziu o potencial de rendimento. Considerando aspectos gerais da safra deste ano, estima-se um incremento de 7% na produção de grãos em nosso país.

Aspectos Sociais: O Banco reconhece a importância do engajamento corporativo em ações de responsabilidade social, por essa razão, anualmente, destina parte de seu lucro, a projetos sociais que ajudam na redução da desigualdade social, democratização do acesso à Cultura, Educação e Esporte. Todo esse trabalho é desenvolvido através da Instituto John Deere, fundada em 2004, a qual é responsável por gerenciar os programas de desenvolvimento. Suas ações estão focadas aos seguintes pilares de atuação: Educação, Desenvolvimento de Comunidades e Combate à Fome. As doações aos projetos sociais ocorrem no segundo semestre de cada ano-calendário.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2021, os limites operacionais do Banco, que são apurados de forma consolidada, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

Ouvidoria: a missão da Ouvidoria é a de atuar como canal de comunicação entre o Banco John Deere S.A., seus clientes e os usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, assegurando a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor.

BANCO JOHN DEERE S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto Operacional

O Banco John Deere S.A. ("Banco") é um Banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. Sua sede é na Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado, s/n, km 57,5, Indaiatuba - SP.

As operações de crédito do Banco referem-se basicamente a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da John Deere Brasil Ltda. ("Controladora") visando ao fomento da venda de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, emanadas das normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil nº 6.404/76 e respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN.

As normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão aplicadas somente quando aprovadas pelo BACEN em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, o Banco na elaboração de suas demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamento	Descrição Pronunciamento	Homologação BACEN
CPC 00 (R2)	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Homologado pela Res. CMN nº 4.924/21;
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Homologado pela Res. CMN nº 3.566/08;
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Homologado pela Res. CMN nº 4.524/16;
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Homologado pela Res. CMN nº 3.604/08;
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	Homologado pela Res. CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	Homologado pela Res. CMN nº 3.750/09;
CPC 06 (R2)	Arrendamentos	Homologado pela Res. CMN nº 4.975/21;
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	Homologado pela Res. CMN nº 3.989/11;
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Homologado pela Res. CMN nº 4.007/11;
CPC 24	Evento Subsequente	Homologado pela Res. CMN nº 3.973/11;
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Homologado pela Res. CMN nº 3.823/09;
CPC 27	Ativo Imobilizado	Homologado pela Res. CMN nº 4.535/16;
CPC 33	Benefícios a Empregados	Homologado pela Res. CMN nº 4.877/20;
CPC 41	Resultado por Ação	Homologado pela Res. CMN nº 3.959/19;
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	Homologado pela Res. CMN nº 4.748/19;
CPC 48	Instrumentos Financeiros	Homologado pela Res. CMN nº 4.966/21;

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.720/19, Resolução BCB nº 2/20, Circular BCB nº 3.959 e alterações posteriores, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações financeiras seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos.

Em 07/03/2021 a Diretoria do Banco autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata temporis" até a data do balanço.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez com vencimento na data da aplicação menores do que 90 dias. As aplicações financeiras possuem o objetivo de atender compromissos de curto prazo, são contratadas com prazo de resgate de até 07 dias da data da aplicação, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até as datas dos balanços.

3.3. Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando efetivamente recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

3.4. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações de crédito, dos riscos específicos e globais da carteira.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e legislação complementar, o Banco classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor considerando a qualidade do devedor e da operação. A referida Resolução requer que seja constituída provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa equivalente, no mínimo, ao total produzido pela aplicação de percentuais específicos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

3.5. Imobilizado de uso e intangível

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação/amortização acumulada e, ajustados por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, estimada em: móveis, utensílios, máquinas e equipamentos de uso – 10% e para veículos e sistema de processamento de dados – 20%.

3.6. Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por ("*impairment*"), quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Não foram observados ajustes relevantes que possam comprometer a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021.

Os ativos não financeiros mantidos para venda são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

3.7. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço.

O Banco reclassifica, quando aplicável, os saldos credores apresentados por contas de natureza devedora, decorrentes do registro de variação cambial incidente sobre operações passivas de repasses externos, para a rubrica "Outras rendas operacionais" no resultado.

3.8. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão do IRPJ é registrada pelo regime de competência, bem como calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual, excedente a R\$ 240 mil. A provisão para CSLL, foi calculada à alíquota de 20% até 30 de junho de 2021, sendo alterada para 25% durante o período de 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com o disposto na Lei 14.183/2021.

À vista da sanção da Lei 14.183/2021, a qual dispôs acerca da majoração da alíquota de CSLL para 25% no período de Julho a Dezembro de 2021, o ativo fiscal diferido calculado e reconhecido em 31 de dezembro de 2021, foi apurado considerando a expectativa de realização desse ativo por mês-calendário. A partir do novo ano calendário de 2022, a alíquota da CSLL volta a ser 20%.

3.9. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

Provisões para riscos - são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados os classificados como perda remota.

3.10. Participação dos empregados

A participação dos empregados no resultado é calculada sobre o lucro do período, sendo paga anualmente.

3.11. Benefícios a empregados

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15 com vigência a partir de 01.01.2016. Com a adoção desse pronunciamento, os ganhos e as perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (ajustes de avaliação patrimonial), líquido dos efeitos tributários. Os ganhos ou perdas decorrentes de mensurações atuariais do valor líquido de passivo ou ativo de planos de benefício definido, são registrados no patrimônio líquido, sem efeitos sobre o resultado anualmente.

3.12. Resultado de exercícios futuros

Entende-se por receita de exercícios futuros aquela recebida antes do cumprimento da obrigação que lhe deu origem, sobre os quais não haja nenhuma perspectiva de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende, apenas, da fluência do prazo. O Banco reconhece a receita de exercícios futuros para os contratos em que há recebimento de subsídio de taxa conforme Circular BACEN nº 1.273/87.

3.13. Demonstração dos fluxos de caixa

É elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/08, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Transações que não afetam o caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o Banco registrou eventos que não envolveram uso de caixa ou equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Transação	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos a pagar		1.596
(-) Estorno de dividendos a pagar	(1.596)	
(-) Juros sobre capital próprio a pagar	(59.500)	
Capital Social	59.500	

3.14. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20. O Lucro por ação está apresentado nas "Demonstrações de Resultado" do semestre e exercício.

3.15. Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas utilizadas são aquelas que a Administração julga serem as que melhor refletem os saldos de suas operações, e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e revisados. Os principais grupos de Balanço impactados pelas estimativas contábeis são:

- Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
- Créditos tributários
- Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes
- Plano de saúde – Benefício pós emprego

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3.16. Resultados recorrentes e não-recorrentes

De acordo com a resolução BCB nº2 art. 34 é requerida a abertura de resultado recorrente e não recorrente. Para fins dessa demonstração financeira e conforme definição do BACEN considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Como política interna, o Banco estabelece uma análise no menor nível de conta contábil para identificação de efeitos no resultado que contenham as características anteriormente mencionadas. Quando identificado tais eventos os mesmos são considerados como não recorrentes. Quanto a mensuração, o valor considerado como não recorrente é o efeito no resultado na data original do seu lançamento.

	31.12.2021			31.12.2020		
	Resultado Recorrente	Resultado Não-Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado Não-Recorrente	Total
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	881.395		881.395	977.667		977.667
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(497.090)		(497.090)	(669.604)		(669.604)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	384.304		384.304	308.063		308.063
Receitas de prestação de serviços	29.443		29.443	40.887		40.887
Rendas de tarifas bancárias	826		826	844		844
Despesas de pessoal (a)	(42.180)	(165)	(42.345)	(43.895)	(2.460)	(46.355)
Outras despesas administrativas	(31.567)		(31.567)	(31.073)		(31.073)
Despesas tributárias	(22.242)		(22.242)	(23.954)		(23.954)
Provisões para riscos contingentes	(285)		(285)	(1.755)		(1.755)
Outras receitas operacionais (b)	47.282		47.282	47.546	7.036	54.582
Outras despesas operacionais	(760)		(760)	(3.780)		(3.780)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(19.843)	(165)	(19.648)	(15.180)	4.576	(10.604)
RESULTADO OPERACIONAL	364.822	(165)	364.657	292.883	4.576	297.459
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.355)		(2.355)	1.585		1.585
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	362.467	(165)	362.302	294.470	4.576	299.046
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(134.168)		(134.168)	(126.863)		(126.863)
PARTICIPAÇÕES ESTATURÁRIAS NOS LUCROS	(7.918)		(7.918)	(4.184)		(4.184)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	220.381	(165)	220.216	163.423	4.576	167.999

- a) Despesas com o Plano de Demissão Voluntária estabelecido pela John Deere Brasil e o Banco;
 b) Estorno das despesas com serviços e impostos do projeto Alfa em função do cancelamento do projeto no exercício 2020.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021		31.12.2020	
	Rendimento (a.a)	Vencimento	Exercício	Exercício
Disponibilidades:				
Reserva no BACEN			1.057	16.188
Aplicações interfinanceiras de liquidez:				
	9,13% a			
Letras Financeiras do Tesouro	9,15%	Jan-22	289.986	263.600
Letras do Tesouro Nacional	9,10%	Jan-22	472.381	999.002
	8,90% a			
Notas do Tesouro Nacional	9,14%	Jan-22	127.998	-
DIR (Geral, Pronaf e Pronamp)	-	Jan-22	-	17.924
Total aplicações interfinanceiras			<u>890.365</u>	<u>1.280.526</u>
Total Caixa e equivalentes de caixa			891.422	1.296.714

5. CARTEIRA DE CRÉDITO

As operações de crédito referem-se, basicamente, a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da Controladora para compra de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.

A posição da carteira de crédito está composta também, por financiamentos e valores a receber de devedores por compra de BNDU, como segue:

a) Diversificação por vencimento

	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas:				
Até 14 dias	694	0,01	697	0,01
De 15 até 60 dias	5.839	0,07	5.433	0,06
Acima de 60 dias	24.421	0,27	26.613	0,31
	<u>30.954</u>	<u>0,35</u>	<u>32.743</u>	<u>0,38</u>
A vencer:				
Até 90 dias	670.979	7,48	800.616	9,32
De 91 até 360 dias	2.417.052	26,95	2.246.443	26,16
Acima de 360 dias	5.849.902	65,23	5.506.988	64,14
	<u>8.937.933</u>	<u>99,65</u>	<u>8.554.047</u>	<u>99,62</u>
Total	<u>8.968.887</u>	<u>100,00</u>	<u>8.586.790</u>	<u>100,00</u>

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Circulante</u>		
Operações de crédito - setor privado	3.116.373	3.078.022
Outros créditos com característica de operação de crédito	2.611	1.899
<u>Não circulante</u>		
Operações de crédito - setor privado	5.840.703	5.503.591
Outros créditos com característica de operação de crédito	<u>9.199</u>	<u>3.278</u>
Total	<u>8.968.887</u>	<u>8.586.790</u>

b) Diversificação por tipo de cliente e atividade econômica

	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
Pessoa Jurídica	2.158.420	24,07	2.075.069	24,17
Pessoa Física	6.810.468	75,93	6.511.721	75,83
Total	8.968.887	100,00	8.586.790	100,00

	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
Agropecuário	7.917.645	88,28	7.836.931	91,27
Construção	1.051.243	11,72	749.859	8,73
Total	8.968.887	100,00	8.586.790	100,00

c) Diversificação por nível de concentração

	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
Principal devedor	147.130	1,64	158.247	1,84
20 maiores devedores	1.124.806	12,54	1.058.998	12,33
Demais devedores	7.696.951	85,82	7.369.546	85,82
Total	8.968.887	100,00	8.586.790	100,00

d) Diversificação por moedas e indexadores

	31.12.2021	31.12.2020
Juros prefixados	7.612.676	7.597.174
Dólar norte-americano (US\$)	880.984	859.249
Outros	475.227	130.367
Total	8.968.887	8.586.790

e) Renegociações de crédito

	31.12.2021	31.12.2020
Renegociações ¹	71.205	98.590
Total	71.205	98.590

1 Renegociações: total de renegociações de operações da carteira ativa do Banco.

f) Recuperação de crédito por restabelecimento

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Recuperação de crédito por restabelecimento ¹ :	64.542	59.861
Total	<u>64.542</u>	<u>59.861</u>

1 Recuperação de crédito por restabelecimento¹: operações classificadas anteriormente na rubrica "Prejuízo", de acordo com as premissas estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99 que foram restabelecidas e reconhecidas pelo regime de caixa.

6. PROVISÕES PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito está composta como segue:

a) Movimentação do período

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Provisão no início do semestre/exercício	287.663	354.835	325.293
Constituição (reversão) com efeito em resultado ¹	46.530	9.285	46.510
Constituição por reativação de operações restabelecidas	3.706	7.729	30.520
Baixas a prejuízo	<u>(7.151)</u>	<u>(41.102)</u>	<u>(47.488)</u>
Provisão no fim do semestre/exercício	<u>330.748</u>	<u>330.747</u>	<u>354.835</u>

1 A reversão da provisão para perdas associadas ao risco de crédito no exercício findo em 2021 está substancialmente relacionada a melhora do mix de rating da carteira de crédito.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Circulante</u>		
Operações de crédito	136.411	150.782
Outros créditos - devedores por compra de valores e bens	71	48
<u>Não circulante</u>		
Operações de crédito	194.033	203.970
Outros créditos - devedores por compra de valores e bens	<u>232</u>	<u>35</u>
Total	<u>330.747</u>	<u>354.835</u>

b) Níveis de risco e provisão

Nível de risco	Percentual de provisão mínimo - nº 2.682/99	31.12.2021		31.12.2020	
		Valor da carteira	Valor da provisão	Valor da carteira	Valor da provisão
AA	-	827.102	-	841.147	-
A	0,50%	2.247.217	11.236	2.523.697	12.618
B	1,00%	2.654.047	26.540	2.400.820	24.008
C	3,00%	2.864.491	85.935	2.361.236	70.837
D	10,00%	130.990	13.099	170.050	17.005
E	30,00%	33.039	9.912	42.432	12.730
F	50,00%	48.946	24.473	45.795	22.897
G	70,00%	11.664	8.165	22.913	16.040
H	100,00%	151.387	151.387	178.700	178.700
Total		<u>8.968.887</u>	<u>330.747</u>	<u>8.586.790</u>	<u>354.835</u>

7. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31.12.2021	31.12.2020
Valores a receber com partes relacionadas (nota 15)	10.499	2.588
Depósitos judiciais	85	3.180
Salários	642	1.194
Outros	63	1.649
Total	<u>11.289</u>	<u>8.508</u>
Circulante	11.289	8.508

8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31.12.2021					31.12.2020	
	Remuneração	Condições de amortização	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
<u>Repasses do País – instituições oficiais ⁽¹⁾</u>							
FINAME/BNDES	Pós-fixada: 1,4% a 4,0% a.a + SELIC Pré-fixada: Até 8,4% a.a.	Parcelas vincendas até Julho de 2029	67.935	1.555.152	3.953.641	5.576.727	6.008.163
<u>Repasses do exterior</u>							
John Deere Capital Corporation ⁽¹⁾	Pós-fixada: LIBOR+Juros (1,74% a 3,5% a.a.)	Parcelas vincendas até Outubro de 2027	-	219.742	698.504	918.246	872.495
John Deere Capital Corporation			-	-	-	-	231.319
		Total	<u>67.935</u>	<u>1.774.894</u>	<u>4.652.146</u>	<u>6.494.974</u>	<u>7.111.977</u>

(1) Indexadores: SELIC, TJLP e IPCA.

(2) Operações atreladas ao dólar norte-americano (US\$).

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a despesa com obrigações por empréstimos e repasses foi de R\$ 266.198 e R\$ 438.887 respectivamente e R\$ 577.112 no exercício findo em 2020.

9. DEPÓSITOS

Composição por vencimento

Vencimento	Depósitos à vista ¹		Depósitos a prazo ²		Depósitos Interfinanceiros ³		Total	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Sem vencimento	237.185	168.062	-	-	-	-	237.185	168.062
Acima de 360 dias	-	-	313.657	461.210	31.889	30.365	345.546	491.576
Total	<u>237.185</u>	<u>168.062</u>	<u>313.657</u>	<u>461.210</u>	<u>31.889</u>	<u>30.365</u>	<u>582.731</u>	<u>659.637</u>

¹ Depósitos à vista: Operações não indexadas.

² Depósitos a prazo: Operações pós fixado em taxa CDI.

³ Depósitos interfinanceiros: operações pré-fixadas.

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a despesa com captação no mercado foi de R\$ 35.628 e R\$ 48.918 respectivamente e R\$ 15.462 no exercício findo em 2020.

10. LETRAS FINANCEIRAS

Emissões	Remuneração	31.12.2021			31.12.2020
		Condições de Amortização	Acima de 12 meses	Total	Total
1ª Emissão	0,32% a.a. + 100% CDI	No vencimento	-	-	301.577
2ª Emissão	1,30% a.a. + 100% CDI	No vencimento	329.958	329.958	-
2ª Emissão	1,50% a.a. + 100% CDI	No vencimento	385.977	385.977	-
		Total	<u>715.935</u>	<u>715.935</u>	<u>301.577</u>

Em 20 de setembro de 2021 o Banco realizou a 2ª (segunda) emissão pública de letras financeiras divididas em 2 (duas) séries totalizando a captação de R\$ 700.000 emitidas em 2 (duas) séries. A 1ª (primeira) emissão das letras financeiras foi liquidada em 14 de outubro de 2021.

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a despesa com captação das letras financeiras no mercado foi de R\$ 23.258 e R\$ 27.670 respectivamente e R\$ 9.380 no exercício findo em 2020.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES – PASSIVOS FISCAIS CORRENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	89.890	95.743
(-) Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(3.317)
Outros impostos	<u>22.483</u>	<u>9.102</u>
Total	<u>112.373</u>	<u>101.528</u>

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Diversas

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Valores a repassar/ com entidades do grupo (nota 15)	45.661	19.257
Provisão para passivos Contingentes (b)	1.232	4.583
Benefícios pós-emprego (nota 21b)	5.090	8.057
Provisão para pagamentos a efetuar ¹	7.485	(11.920)
Cobrança a classificar ²	3.357	7.924
Provisão para participação nos lucros (PLR)	6.477	5.368
Credores Diversos	<u>3.820</u>	<u>2.347</u>
Total	<u>73.122</u>	<u>35.615</u>
Circulante	66.800	18.392
Exigível a longo prazo	6.322	17.223

¹ Provisões relativas a despesas com pessoal e administrativas.

² Transações cujo processo de identificação dos beneficiários se encontrava em andamento na data dos balanços.

b) Provisão para passivos contingentes

A movimentação das provisões para riscos cíveis e trabalhistas com probabilidade provável de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.364	1.219	4.583
Constituições, líquidas de reversões	(790)	3	(787)
Reversões por pagamento	(1.709)	(856)	(2.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>865</u>	<u>367</u>	<u>1.232</u>

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam ações avaliadas com probabilidade possível de perda, bem como não há nenhuma ação fiscal com risco provável.

13. TRIBUTOS

a) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL):

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Resultado antes do IRPJ e CSLL, após PLR	135.716	354.382	294.861
IRPJ à alíquota de 15%	(20.358)	(53.158)	(44.229)
IRPJ à alíquota de 10%, sobre adicional	(13.560)	(35.415)	(29.462)
CSLL à alíquota de 25%	<u>(33.929)</u>	<u>(77.663)</u>	<u>(56.917)</u>
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(67.846)	(166.235)	(130.608)
Incentivo fiscal	2.913	3.200	392
Diferenças permanentes	33.065	32.072	891
Efeito da constituição/reversão da majoração da alíquota da CSLL	(7.804)	(3.204)	1.621
Outros	-	-	841
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(39.672)</u>	<u>(134.168)</u>	<u>(126.863)</u>

b) Ativos Fiscais Diferidos

I) Origem dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos:

	31.12.2021			31.12.2020
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	82.611	66.089	148.700	159.638
Créditos baixados para perda não dedutíveis temporariamente	9.321	7.457	16.778	18.187
Rendas antecipadas	1.029	823	1.852	3.356
Plano de benefícios a empregados	1.273	1.018	2.291	3.626
Outros	1.689	1.416	3.105	4.717
Total	<u>95.923</u>	<u>76.803</u>	<u>172.726</u>	<u>189.524</u>

II) Movimentação dos Ativos fiscais diferidos

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do semestre/exercício	172.413	189.524	195.119
Constituição de crédito tributário, líquida	8.116	(13.594)	(7.100)
Efeitos da lei 14.183/2021, de 14 de julho de 2021*	(7.803)	(3.204)	1.504
Saldo no fim do semestre/exercício	<u>172.727</u>	<u>172.726</u>	<u>189.524</u>

(*) Efeito da constituição da majoração da alíquota CSLL (de 20% para 25% - nota nº 13.a).

III) Previsão de realização dos créditos tributários

Os créditos são registrados por seus valores nominais, sendo que, sua realização em períodos futuros é diretamente relacionada à consequente realização das diferenças temporárias que impactaram apuração dos tributos sobre o lucro.

Ao passo que esse ativo é realizado, teremos o correspondente impacto na apuração do IRPJ e CSLL nos períodos subsequentes, observada a redução dos valores a serem recolhidos. Demonstramos a seguir, a projeção da expectativa de realização desse ativo anualmente.

	Valor
2022	29.195
2023	53.376
2024	36.438
2025	24.459
Acima de 2025	<u>29.258</u>
Total	<u>172.727</u>

O valor presente do crédito tributário em 31.12.2021 é de R\$ 150.795, calculado com base na taxa média de captação de 4,64% ao ano.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social estava representado por 836.500.000 de ações no valor nominal de R\$1,00 cada uma. A Controladora John Deere Brasil Ltda. possui a totalidade das cotas do capital social do Banco. (692.000.000 em 2020).

Em 20 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o aumento de capital no montante de R\$85.000. O aumento do capital social foi realizado por meio da capitalização de recursos provenientes da rubrica "Reserva de lucros" e devidamente aprovado pelo BACEN em 03 de março de 2021.

Em 13 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a distribuição a título de remuneração de capital próprio a controladora John Deere Brasil Ltda. no valor de R\$ 70.000. Do montante distribuído foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, perfazendo um total líquido de R\$ 59.500. O montante líquido foi deliberado em sua totalidade pela Assembleia para aumento de capital no Banco e devidamente aprovado pelo BACEN em 24 de dezembro de 2021.

b) Reserva de lucros

Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas "Legal" e "Estatutária". Com o objetivo de garantir a integridade do capital social, 5% do lucro líquido apurado é destinado para constituição da "Reserva legal", que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da "Reserva legal" e destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, é então destinado à constituição de outras reservas, permanecendo nessa condição até que a Assembleia delibere por sua destinação.

Em 14 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a retenção da totalidade do lucro e da não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$1.596.

O Banco submeterá à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente de reserva de lucros do ano calendário 2021, conforme requerido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

Em 21.03.2022 o Banco apresentou a proposta de orçamento de capital para o ano de 2022, submetida à aprovação na Assembleia Geral Extraordinária para aumentar o capital social em R\$ 50.000. O aumento de capital será totalmente integralizado mediante as capitalizações de recursos provenientes de parte das reservas estatutárias de exercícios anteriores, observado no disposto na Lei das S.A.

c) Distribuição de Dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social de 1%, calculado após destinação das reservas legais. Em 31.12.2021, foi provisionado o montante de R\$ 2.092 a título de dividendo mínimo obrigatório à controladora John Deere Brasil Ltda. (R\$1.596 em 31.12.2020, posteriormente revertido e destinado para reserva estatutária – nota 14b). No exercício findo em 31.12.2021 não houve distribuição de dividendos adicionais.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Entidades controladoras

A Controladora imediata do Banco é a John Deere Brasil Ltda., sendo sua controladora final a entidade Deere & Company localizada nos Estados Unidos.

b) Transações com entidades do grupo:

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)		
	31.12.2021	31.12.2020	2021		2020
			Semestre	Exercício	Exercício
<u>Depósitos à vista</u>					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(175.587)	(112.846)	-	-	-
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda (c)	(22.439)	(12.709)	-	-	-
Total	(198.026)	(125.555)	-	-	-
<u>Depósito a prazo (1)</u>					
Cameco do Brasil Ltda. (c)	-	-	-	-	(1.237)
John Deere Brasil Ltda. (a)	(252.380)	(451.116)	(9.705)	(17.463)	(3.743)
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda (c)	(5.121)	-	(121)	(121)	-
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda (c)	(56.156)	(10.094)	(1.087)	(1.237)	(94)
Total	(313.657)	(461.210)	(10.913)	(18.821)	(5.074)
<u>Dividendos a pagar (Nota nº 14)</u>					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(2.092)	(1.596)	-	-	-
Total	(2.092)	(1.596)	-	-	-
<u>Outros ativos/receitas (5)</u>					
John Deere Brasil Ltda. (a)	6.421	2.285	3.716	7.599	6.534
John Deere Credit Companhia Financeira (c)	3.650	200	1.362	3.181	930
John Deere Equipamentos do Brasil (c)	-	-	6	6	30
John Deere Financial Mexico S.A (c)	262	-	931	2.540	965
P.L.A Maquinas Pulveriz e Fertiliz S.A (c)	84	31	-	-	-
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda (c)	82	71	-	-	-
Total	10.499	2.587	6.015	13.326	8.459
<u>Outros passivos/ despesas (2) [Nota nº 12]</u>					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(40.203)	(15.272)	(974)	(2.009)	(5.838)
John Deere Financial (b)	(5.458)	(3.985)	(1.696)	(2.008)	(995)
Total	(45.661)	(19.257)	(2.670)	(4.017)	(6.833)
<u>Receitas subsidiadas (3)</u>					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(3.813)	(7.424)	26.930	44.010	23.618
P.L.A Maquinas Pulveriz e Fertiliz S.A (c)	(3)	(10)	317	432	128
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda (c)	(300)	(24)	1.554	2.094	313
Total	(4.116)	(7.458)	28.801	46.536	24.059
<u>Obrigações por repasses do exterior (4)</u>					
John Deere Capital Corporation (b)	(918.246)	(1.103.814)	(117.425)	(138.087)	(281.707)
Total	(918.246)	(1.103.814)	(117.425)	(138.087)	(281.707)

(a) Controladora.

(b) Controladora Indireta.

(c) Ligada.

(1) Operações pós fixada em CDI (depósitos a prazo) e prefixadas (depósitos interfinanceiros).

(2) O saldo passivo é representado basicamente por recursos recebidos de concessionários por contratações com a John Deere Brasil Ltda., cujo repasse é realizado em D+1 contados a partir da data do recebimento. A despesa refere-se as cobranças com suporte de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados.

(3) O saldo passivo refere-se aos resultados de exercícios futuros, não se trata de uma exigibilidade para com a entidade do grupo.

(4) Saldos incluem impacto da variação cambial.

(5) O saldo refere-se a valores a receber de reembolso de despesas com funcionários expatriados e reembolso de Serviços Compartilhados.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades do Banco. A divulgação a seguir refere-se a despesa com a remuneração dos Diretores do Banco durante o exercício findo em 31 de dezembro 2021 e de 2020.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Benefícios de curto prazo a administradores	5.972	5.007
Outros benefícios de longo prazo ¹	<u>292</u>	<u>236</u>
Total	<u>6.264</u>	<u>5.242</u>

(1) Plano de benefício definido cuja intenção de resgate é de longo prazo.

d) Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em garantias fornecida pela Controladora para operações de crédito representavam o montante de R\$ 78.671 (R\$ 124.321 em 31.12.2020). Em 31 de dezembro de 2021 a Controladora ofereceu uma carta fiança para o Banco com objetivo de incrementar o limite de crédito do BNDES, no valor de R\$ 800.000, sem efeito contábil até 31 de dezembro de 2021.

16. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representam o saldo de receita de taxa de juros subsidiada pela Controladora e Ligadas, o qual foi recebido antecipadamente e será apropriado ao resultado, conforme prazo do contrato de financiamento aos quais se refere.

Durante o semestre e exercício findo em 31.12.2021, foram apropriados ao resultado os montantes de R\$ 2.611 e R\$5.688, respectivamente (R\$ 5.491 em 2019), apresentados na rubrica "Receita de Operações de Crédito".

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Receitas de prestação de serviços ¹	1.545	23.072	38.531
Outras receitas	<u>2.680</u>	<u>6.370</u>	<u>2.356</u>
Total	<u>4.225</u>	<u>29.442</u>	<u>40.887</u>

¹ Referem-se principalmente aos serviços prestados na concessão de crédito para operações de financiamento aos fabricantes da marca John Deere, concessionárias e distribuidores.

18. DESPESAS DE PESSOAL

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Remuneração	6.106	20.407	28.080
Encargos	6.776	12.662	10.157
Benefícios	2.948	5.643	5.558
Treinamento	251	346	188
Outras	<u>1.475</u>	<u>3.285</u>	<u>2.372</u>
Total	<u>17.555</u>	<u>42.343</u>	<u>46.355</u>

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021		2020
	Semestre	Exercício	Exercício
Depreciações e Amortizações	1.326	3.541	3.100
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	8.268	15.744	14.811
Comunicações	444	923	905
Processamento de Dados	836	1.776	1.341
Propaganda, Promoções e Publicidade	2.806	2.896	2.995
Aluguéis	830	1.485	1.822
Transportes e Viagens	146	184	547
Serviços do Sistema Financeiro	410	816	832
Serviços de Vigilância e Prediais	422	730	837
Material	287	415	542
Outras	1.949	3.059	3.339
Total	17.722	31.569	31.071

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2021		2020
	Semestre	Exercício	Exercício
Variação Monetária Ativa ¹	290	38.623	39.418
Recuperação de Encargos e Despesas	1.988	7.427	4.608
Outras	833	1.232	8.801
Total	3.111	47.282	52.827

¹ Corresponde a variação monetária das operações de crédito e variação cambial das operações de empréstimos e repasses no exterior realizadas com partes relacionadas.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de contribuição definida

O Banco concede o benefício do complemento de aposentadoria a seus empregados através do Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada John Deere Prev, junto ao Bradesco Multipensions, que tem por finalidade básica o plano de contribuição definida com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Não existe nenhuma obrigação atuarial oriunda desse plano que requeira reconhecimento contábil. As despesas de contribuição do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31.12.2021 totalizou R\$ 1.163 e R\$ 2.043 respectivamente e R\$ 2.163 em 31.12.2020.

b) Plano de saúde

O Banco oferece aos seus empregados aposentados, a exemplo dos empregados ativos, planos de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas.

Com base nas características do benefício pós-emprego, foi efetuado pelo atuário independente o cálculo das obrigações do Banco relativo a esse benefício pós-emprego, gerando resultado conforme o seguinte demonstrativo:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Passivo atuarial no início do exercício	8.057	7.852
Custo dos serviços correntes	548	629
Juros sobre obrigações atuariais	594	570
Benefícios pagos pela empresa	(109)	(93)
Ajuste de avaliação atuarial	(2.200)	(495)
Imposto de renda e Contribuição Social	(1.800)	(406)
Saldo do passivo no fim do exercício	<u>5.090</u>	<u>8.057</u>

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2017</u>
Taxa de desconto atuarial - taxa real	5,37%	3,79%	5,40%
Taxa de desconto atuarial - taxa nominal	8,53%	7,42%	9,88%
Inflação projetada	3,00%	3,50%	4,25%
Aumento por idade ("aging fator")	<u>3,00%</u>	<u>3,00%</u>	<u>3,00%</u>

Tábua de mortalidade geral: AT-2000

Hipótese de rotatividade: $[(2,00/\text{idade do participante}) - 0,04] + 0,05$.

A partir de 50 anos de idade, as taxas são nulas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez. Em virtude das operações realizadas em moeda estrangeira, os resultados do Banco estão suscetíveis a variações dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados ao dólar norte-americano (US\$).

A exposição líquida do Banco ao risco de taxa de câmbio em dólar norte-americano (US\$) é conforme a seguir:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Operações de crédito	880.984	859.249
Outros Créditos - Com partes relacionadas	3.913	200
Operações de empréstimos e repasses	(918.246)	(872.495)
Outras obrigações - Com partes relacionadas	(5.459)	(3.985)
Exposição líquida	<u>(38.808)</u>	<u>(17.031)</u>

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração. O Banco utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos com o propósito de reduzir a exposição da carteira de empréstimos decorrentes da variação cambial na exposição da análise das contas patrimoniais estimada do Banco. A política do Banco prevê contratações de derivativos, quando necessário, para proteção de curto prazo, sendo sua intenção a de mantê-los até o seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia derivativos contratados.

23. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo é o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data de mensuração/data-base para fins dessa demonstração financeira. Para fins da divulgação abaixo do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados contabilmente pelo custo amortizado, utilizamos a hierarquia conforme segue:

- Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- Nível 3: de técnicas de avaliação nos quais os inputs significativos não têm como base os dados observáveis de mercado.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento. Os instrumentos financeiros do Banco são mensurados contabilmente pelo custo amortizado, a tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros:

	31.12.2021			
	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Equivalentes de Caixa	891.422	1.057	890.056	-
Operações de crédito	8.968.885	-	-	7.672.224
Total (1)	9.860.307	1.057	8.562.280	-
Passivos				
Depósitos à vista	237.185	237.185	-	-
Depósitos interfinanceiros	31.889	-	30.182	-
Depósitos a prazo	313.657	-	230.594	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	715.935	-	-	561.349
Repasses do país - instituições oficiais	5.576.728	-	4.464.371	-
Obrigações por repasses Exterior	918.246	-	847.897	-
Total (1)	7.793.640	237.185	6.134.393	-
31.12.2020				
	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Equivalentes de Caixa	1.296.714	16.188	1.280.498	-
Operações de crédito	8.586.790	-	-	9.429.196
Total (1)	9.883.504	16.188	10.709.694	-
Passivos				
Depósitos à vista	168.062	-	168.062	-
Depósitos a prazo	491.575	-	488.860	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	301.577	-	-	296.531
Repasses do país - instituições oficiais	6.008.163	-	5.344.245	-
Obrigações por repasses Exterior	1.103.814	-	934.442	-
Total (1)	8.073.191	-	7.232.142	-

(1) Valor justo dos instrumentos financeiros é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e taxas divulgadas pela B3 SA. – Brasil, Bolsa, Balcão.

24. LIMITES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2021, os limites mínimos de capital exigidos foram de 8% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6% para o Índice de Nível I e de 4,5% para o Índice de Capital Principal.

Em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia do Banco John Deere atingiu 20,74% (sendo composto somente pelo Nível I de capital). O Índice de Alavancagem, que é monitorado mensalmente, alcançou 17,36%, enquanto em 31.12.2020 apresentou um índice de 15,27%.

A seguir os principais indicadores em 31 de dezembro de 2021 e o comparativo com o exercício anterior, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	Banco John Deere	
	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência ¹	1.740.533	1.532.962
Nível I	1.740.533	1.532.962
Capital Principal	1.740.533	1.532.962
Capital Complementar	1.740.533	1.532.962
Nível II		
Ativos Ponderados pelo Risco	8.503.098	8.319.411
Risco de Crédito ²	7.977.143	7.647.674
Risco de Mercado ³	5.530	181.091
Risco Operacional ⁴	520.424	490.646
IRRBB ⁵	64.383	61.782

	Requerimentos Mínimos de Capital	Banco John Deere	
		31.12.2021	31.12.2020
Índice de Capital Principal		20,47%	18,43%
Índice de Nível I		20,47%	18,43%
Índice de Basileia		20,47%	18,43%
Índice de Basileia Amplo (inclui IRRBB)		18,70%	16,86%
Índice de Imobilização		0,25%	0,16%

- ¹ O CMN, por meio da Resolução nº 4.192/13, define o Patrimônio de Referência, para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis, Nível I e Nível II, em que o Nível I consiste no somatório de Capital Principal e Capital Complementar. A apuração é composta por itens integrantes do patrimônio líquido aplicados deduzidos e ajustes prudenciais, além dos instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas.
- ² Parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWAcpad), conforme estabelecidos na Circular BACEN nº 3.644/13.
- ³ Parcela referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada (RWAcam). O Banco não possui operações classificadas na carteira de negociação.
- ⁴ Parcela relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAopad), de que trata a Circular BACEN nº 3.640/13.
- ⁵ De acordo com a Circular nº 3.876, o Banco John Deere considera os valores calculados para Δ EVE e Δ NII na apuração do valor de PR mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).

O Banco John Deere divulga, trimestralmente, informações (não auditadas) referentes à Gestão de Riscos. O relatório com maior detalhamento das premissas, da estrutura e das metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.johndeere.com.br/Banco.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com o disposto nas Resoluções CMN nº 4.553/17 e nº 4.557/17, o Banco John Deere mantém uma estrutura para gerenciamento de risco e capital compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos estabelecidos pela instituição. Esta estrutura é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição, além de ser capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e do mercado de atuação.

- Risco de crédito: a gestão de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com a natureza do negócio. O modelo de negócio define os mercados de atuação, o qual é composto por financiamento de equipamentos, peças e serviços John Deere para clientes que tem sua atividade voltada aos mercados agrícola, construção civil e florestal, além dos concessionários e distribuidores John Deere. As políticas de crédito são definidas de acordo com as diretrizes globais da corporação, alinhadas aos objetivos de negócios e às práticas de mitigação de risco, e a política de gestão de risco de crédito define as principais ferramentas que são utilizadas para sua gestão.
- Risco de mercado: o monitoramento do risco de mercado é realizado por meio do VaR – “Value at Risk”, *Backtesting*, Teste de Estresse, Teste de Aderência e Limites Prudenciais. De acordo com a Circular nº 3.876 o Banco John Deere considera os valores calculados para ΔEVE e ΔNII na apuração do valor de PR mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB). O VaR é utilizado apenas como uma métrica para análises gerenciais. As atividades relacionadas ao processo de mensuração, avaliação, análise e reporte dos riscos estão descritas na política de risco de mercado.
- Risco de liquidez: em consonância com a estratégia da instituição e considerando o atual modelo de negócios, o Banco John Deere utiliza como métrica a Análise de descasamentos (Gap), Limites de Risco de Liquidez e Análise de Sensibilidade para identificar fatores que possam comprometer a estabilidade financeira da instituição. Os princípios a serem utilizados no gerenciamento do risco de liquidez do Banco estão definidos na política de risco de liquidez.
- Risco operacional: a gestão do risco operacional ocorre de forma integrada com a execução de processos pelas áreas de negócio. São considerados eventos de risco operacional aqueles que se referem às falhas, às fraudes, às deficiências ou às inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Adicionalmente, é realizado anualmente a revisão do processo de “Autoavaliação de Riscos e Controles”.
- Gestão de capital: o gerenciamento de capital é realizado por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais o Banco está sujeito e de planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As atividades são realizadas conforme diretrizes definidas na política de gerenciamento de capital do Banco.
- Razão de alavancagem: conforme estabelecido na circular 3.748/15, a apuração da razão de alavancagem (RA) é dado pelo quociente do montante do Capital Nível I sobre a exposição total da instituição. O monitoramento do índice é realizado mensalmente.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, bem como os relatórios relacionados, podem ser consultados no endereço eletrônico www.johndeere.com.br/Banco, que não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES - IMPACTO DO COVID-19 PARA AS OPERAÇÕES DO BANCO

As incertezas relacionadas a magnitude e duração do COVID podem impactar nossos negócios, prolongar a falta de componentes em canais de suprimentos e comprometer nossos prazos de entregas aos clientes. Estas incertezas podem impactar no futuro, a confiança dos clientes e postergar decisões de compras, financiamentos e níveis de pagamentos, bem como atrasos ou impactos de aumento de delinquências.

No atual cenário motivado pela COVID-19, o Banco segue monitorando a rede de concessionários e o segmento agrícola, que tem demonstrado a capacidade de honrar seus compromissos, também, o setor de Construção que foi o setor mais impactado e os casos seguem sendo avaliados pontualmente pelo Banco, porém, não identificamos crescimento risco de inadimplência. Para fomentar novos negócios e alavancar a participação no mercado, o Banco vem adotando novas condições de financiamento.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

À medida que a situação entre a Rússia e a Ucrânia continua a se deteriorar, os impactos na economia global dependerão da escala dos combates, do nível de sanções e da duração do conflito. Desde o início da invasão, os mercados financeiros globais inicialmente caíram acentuadamente e permanecem voláteis, e os preços das commodities dispararam.

Nesse cenário, o Banco observa que a inflação será o principal impacto econômico da crise, impulsionada por preços mais altos de commodities e interrupções no fornecimento, contudo, se a situação se transformar em um conflito mais sério e mais amplo entre a Rússia e o Ocidente, os preços das commodities podem subir e os produtores agrícolas fora da Ucrânia e da Rússia se beneficiarão dos aumentos de preços e da capacidade de vender suas safras ainda a serem plantadas este ano e isso provavelmente compensará os custos mais altos de insumos causados pelo conflito. Os impactos causarão ainda mais a oferta global e proporcionará oportunidades para aumentos de preços, os fluxos comerciais globais se deslocarão da Ucrânia/Rússia para outros grandes exportadores (Milho: EUA, Brasil, Argentina; Trigo: EUA, UE, Canadá, Argentina, Austrália), resultando em preços mais altos.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco John Deere S.A. foi formado por deliberação do Conselho de Administração em conformidade com as normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e homologado pelo Banco Central do Brasil tendo dentre suas atribuições, o assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e acompanhamento do cumprimento das exigências legais e regulamentares.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco John Deere S.A. manifesta que, reuniu-se ao primeiro trimestre de 2021 para análise de assuntos de sua competência, cujo funcionamento é disciplinado pelo seu regimento interno, e pelas regulamentações do Banco Central do Brasil. Nessas oportunidades, foram focados diversos temas, destacando-se: apresentação do plano de trabalho da Auditoria Independente, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício, principais variações comparado com o semestre anterior, e acompanhamento das atividades de auditoria interna, a avaliação dos sistemas empregados para controles internos e gestão de riscos.

De forma mais detalhada, foram avaliados os seguintes assuntos:

- Monitoramento da atuação da auditoria independente, análise de seus relatórios e dos pontos de recomendação emitidos;
- Análise do cronograma semestral de atividades, sua execução e dos relatórios preparados pela auditoria interna;

- Apreciação e discussão de temas relevantes levantados nos relatórios de auditoria independente e interna;
- Apreciação das Informações das Demonstrações Financeiras Semestrais da Empresa, e;
- Apreciação dos resultados de Auditoria de Crédito e Concessionários, relatório de deficiências e cronograma para o próximo semestre.

Conclusão: Embasado nas atividades descritas, consideradas as responsabilidades e limitações naturais do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras individuais do Banco John Deere S.A. relativas ao semestre e exercício findos em 31.12.2021.

Membros do Comitê de Auditoria:

Fabiola S. Alves – Diretor Financeiro

Alex Ferreira – Diretor de Crédito

Israel Oliveira - Dir. Strategy & Bus. Transformation R3

Contadora:

Maria Salete Amaral

CRC: 1SP323732/O5